



Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia - ISMA

Rua Visconde de Porto Alegre, 806 - Centro • Fone/Fax (92) 633-4414

- E-mail: pastoral@isma.org.br • Inspetor: Pe. Damásio Medeiros
- Coordenador da CIP: Pe. José Raimundo Néri

Inspetoria São Domingos Sávio

**SEMINÁRIO SOBRE DEPARTAMENTO DE
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
E PASTORAL JUVENIL SALESIANA**

Salesianum-Roma, 30 de março à 02 de abril de 2005

Pe. Alencherry

Pe. A. Domenech

Pe. G. Mazzali

MANAUS

DESENVOLVIMENTO, DO PONTO DE VISTA DA EVANGELIZAÇÃO E DO CARISMA SALESIANO¹

(D. F. Alencherry)

1. Introdução

Estamos reunidos neste seminário como discípulos de Cristo e como Salesianos. A maior parte de nós somos salesianos por causa da profissão religiosa, enquanto outros também o são pela partilha ativa da missão salesiana. Por isso, para começar a nossa reflexão sobre o tema dos *Departamentos de Planeamento e Desenvolvimento*, é bom que comecemos pelas raízes cristãs e salesianas desta atividade.

Por esta razão pretendo lembrar brevemente os princípios de onde deveriam partir todos os nossos programas e projetos e que sempre deveriam acompanhar o funcionamento dos nossos Departamentos de Planeamento e Desenvolvimento.

Em vários e importantes documentos, o magistério da Igreja trata de questões que se referem à promoção humana e ao desenvolvimento integral. Não é necessário que agora lembremos todos eles, pois se encontram numa linha de crescimento permanente, e cada um deles confirma, reforça e desenvolve aquilo que foi dito nos precedentes.

Como salesianos devemos ler os ensinamentos da Igreja sobre a natureza da evangelização e do desenvolvimento a partir do ponto de vista do carisma salesiano. O nosso modo de pregar o evangelho tem características e qualidades específicas que devemos conservar, se quisermos ser fiéis à nossa vocação e missão.

No começo desta sintética apresentação, considero útil lembrar um princípio fundamental que o atual Reitor Mor, Pe. Pascual Chavez, nunca se cansa de repetir: não somos simples trabalhadores sociais nem meros filantropos: somos, antes de qualquer coisa, “sinais e portadores do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres”. Somos evangelizadores e pastores que querem introduzir o Reino de Deus, os novos céus e a nova terra. O nosso é um compromisso apostólico voltado a realizar o Evangelho no nosso tempo. Desta forma, todas as nossas atividades são guiadas por este princípio fundamental.²

2. Os Documentos da Igreja

Como já foi acenado, não pretendemos retomar em detalhes todos os documentos da Igreja que se referem a temas de desenvolvimento e de promoção humana; vou limitar-me a algumas idéias essenciais, que acho que são mais estreitamente inerentes ao argumento deste seminário. Vou referir-me de modo particular às Encíclicas *Evangelii Nuntiandi* (= EN), de 1975, e *Redemptoris Missio* (= RM), de 1990. As suas idéias fundamentais se encontram de novo em vários outros documentos.

Conclusão

Num encontro recente com alguns funcionários da Comunidade Européia, na sede da OLAF em Bruxelas, pude apreciar como trabalham em sinergia os vários departamentos, trocando informações, organizando encontros, atualizando-se reciprocamente sobre o desenvolvimento das várias questões. A decisão que é proposta aos departamentos competentes sempre é fruto de um atento trabalho de coordenação, de confronto e de informação pontual.

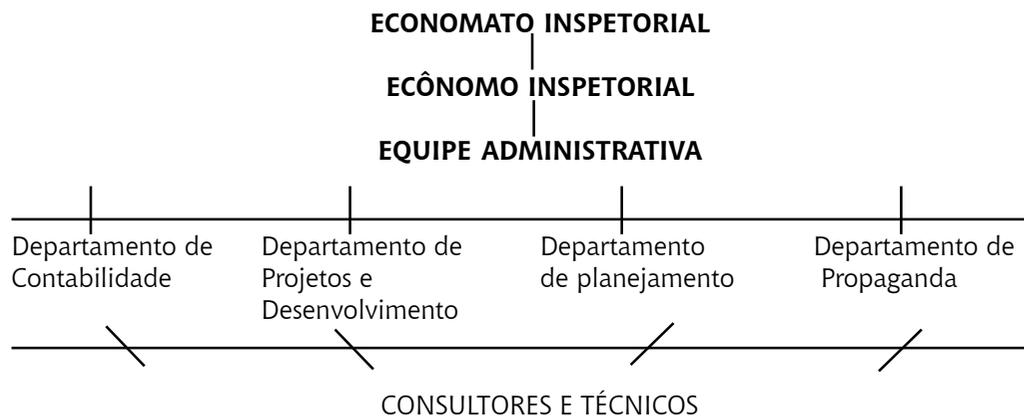
O bom funcionamento de uma organização está ligado à integração e à interação entre as partes que a compõem com vistas ao objetivo que se pretende.

Gosto de sonhar que isto também seja possível nas nossas inspetorias, que têm uma grande missão a cumprir, nas pegadas do nosso Pai e Fundador.

Roma, 31 de março de 2005.

¹ A tradução do italiano para o português das três palestras a seguir foi feita pelo P.João Sucarrats (jsucarrats@isma.org.br), ao qual agradecemos o serviço.

² Nesta relação o sublinhado foi acrescentado por motivos de ênfase.



Um bom número de inspetorias apresenta uma organização semelhante a esta que estou apresentando, embora cada uma delas tenha características e peculiaridades. Por exemplo, o departamento de projetos aparece mais nas inspetorias que não alcançaram autonomia econômica ou que, de qualquer forma, não têm meios, ou não os recebem das estruturas públicas para realizar novos projetos e presenças.

A equipe administrativa coordena o trabalho de todos os departamentos e, portanto, cuida de orientar a sinergia, unificando e racionalizando serviços internos e procedimentos. A nível contábil basta um único centro, que depois realizará todas as diferenciações necessárias por causa da natureza dos diversos serviços. A gestão financeira dos meios que derivam das várias vozes também deverá ser otimizada tanto nos recursos humanos empregados quanto na modalidade da própria gestão. Poderia continuar a exemplificação. Vocês entenderam que o critério inspirador é a convergência para oferecer um serviço melhor à missão.

Evidentemente que cada departamento funciona com objetivos precisos e delimitados e mantém relacionamento com os próprios interlocutores dentro de um plano geral estabelecido pelo conselho inspetorial e especificado do ponto de vista técnico e de procedimentos pela equipe administrativa. As consultorias técnicas são usadas conforme a profissionalidade que se faz necessária.

É importante ter em vista que o tamanho dos departamentos deve ser proporcional às tarefas que têm que desenvolver. A tentação sempre é de organizar o departamento com o desejo de uma grande eficiência e empregando muito pessoal. Daí a importância de uma visão de conjunto, que não pode depender unicamente da visão do responsável, mas que só pode depender do quadro de referência apresentado acima. Numa visita recente a uma inspetoria relativamente pequena pude constatar que o novo departamento de projetos funcionava com cinco empregados a tempo pleno!

Os diversos departamentos não são pequenas fortalezas inexpugnáveis, mas canais intercomunicados do grande rio. As sinergias se referem tanto ao pessoal quanto aos procedimentos, aos dados disponíveis, às consultorias, etc.

2.1 Evangelii Nuntiandi

Na EN, enquanto trata da importância do tema da evangelização, Paulo VI explica a sua íntima ligação com a promoção e libertação humana. A Igreja, afirma, “tem a obrigação de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, muitos dos quais são seus filhos; tem o dever de ajudar no surgimento desta libertação, de testemunhá-la, de fazer que seja total. Tudo isso não é estranho à evangelização” (EN 30). “Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – de fato, existem profundos laços de união” (EN, 31). Precisamente por isso, os problemas de justiça, desenvolvimento e paz adquirem grande importância no discurso sobre a evangelização.

Logo depois de uma afirmação tão importante, Paulo VI fala da tentação de muitas pessoas, até de cristãos generosos, de reduzir a missão da Igreja a dimensões de ordem meramente temporal, e põe em evidência aquilo que a privaria do seu elemento mais importante: a finalidade religiosa e espiritual da evangelização. O seu pensamento e este respeito está sintetizado, sobretudo em dois artigos do documento:

“A respeito da libertação, que a evangelização anuncia e se esforça por realizar, ainda é necessário dizer que:

- não pode limitar-se à simples e restrita dimensão econômica, política, social ou cultural, mas deve visar o homem por completo, em todas as suas dimensões, compreendida a sua abertura ao absoluto, inclusive ao Absoluto de Deus;

- portanto, está fundamentada numa determinada compreensão da pessoa humana, numa antropologia, que nunca pode ser sacrificada às exigências de uma estratégia qualquer, de uma práxis ou de uma eficácia de curta duração” (EN 33).

“Por isso, ao pregar a libertação e ao associar-se com aqueles que trabalham e sofrem por ela, a Igreja – sem aceitar de circunscrever a sua missão unicamente ao campo religioso, desinteressando-se dos problemas temporais do ser humano – reafirma o primado da sua vocação espiritual, rejeita substituir o anúncio do Reino pela proclamação das libertações humanas e afirma que a sua contribuição para a libertação também será incompleta se deixar de anunciar a salvação em Jesus Cristo” (EN 34).

Apesar disso, não há dúvida sobre o compromisso da Igreja de construir uma sociedade melhor, trabalhando pelo desenvolvimento de todos os povos:

“A Igreja considera que é realmente importante e urgente construir estruturas mais humanas, mais justas, que respeitem mais os direitos da pessoa, menos opressivas e menos coercitivas, mas também está consciente de que as melhores estruturas, os sistemas mais bem idealizados logo se transformam em desumanos se as inclinações desumanas do coração do homem não forem saneadas, se não houver uma conversão do coração e da mente daqueles que vivem nestas estruturas ou as dominam” (EN 36).

2.2 Redemptoris Missio

Neste documento fundamental, publicado 15 anos depois da EN, nos números 58-59, João Paulo II trata do tema do desenvolvimento: “Hoje mais que no passado, os missionários são reconhecidos também como promotores de desenvolvimento por parte dos governos e de expertos internacionais, que ficam admirados do fato que se obtenham resultados notáveis com escassos recursos” (RM 58). Desta forma, trabalhar pelo desenvolvimento integral das pessoas, se transformou, por assim dizer, em parte integrante de toda ação missionária.

Ainda é esclarecido o conceito de desenvolvimento: antes de tudo é através da proclamação do Evangelho que a Igreja se compromete com o desenvolvimento dos povos. De fato, a missão da Igreja “consiste essencialmente em oferecer aos povos não um “ter mais”, mas um “ser mais”, despertando as consciências através do Evangelho. “O autêntico desenvolvimento humano deve afundar as suas raízes numa evangelização cada vez mais profunda” (RM 58).

A Igreja também se compromete com o desenvolvimento ao cuidar da educação, da saúde e de iniciativas análogas, pois ela acredita que “o desenvolvimento de um povo não deriva em primeiro lugar nem do dinheiro, nem das ajudas materiais, nem das estruturas técnicas, mas da formação das consciências, do amadurecimento das mentalidades e dos costumes. *É o homem que é o protagonista do desenvolvimento*, e não o dinheiro e a técnica” (RM 58).

A formação das consciências é feita essencialmente através da proclamação do Evangelho. “Com a mensagem do Evangelho a Igreja oferece uma força libertadora e geradora de desenvolvimento precisamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, dispõe à solidariedade, ao compromisso, ao serviço dos irmãos, insere o homem no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz, de justiça, a partir já desta vida. É a perspectiva bíblica dos “novos céus e nova terra” (cf. Is 65,17; 2Pd 3,13; Ap 21,1), que inseriu na história o estímulo e a meta para o progresso da humanidade. O desenvolvimento do homem vem de Deus, do modelo de Jesus homem-Deus, e tem que levar a Deus. Eis porque entre o anúncio evangélico e a promoção do homem existe uma estreita ligação” (RM 59).

O compromisso da Igreja com o desenvolvimento abraça não só quem vive em áreas pobres e subdesenvolvidas, mas também a quem está “exposto à miséria moral e espiritual causada pelo superdesenvolvimento” (RM 59). Nesses ambientes a Igreja tenta dar uma alma ao desenvolvimento através da proclamação do Evangelho. Daqui procede o tema da “Nova Evangelização”.

O documento resume assim este duplo aspecto do desenvolvimento:

“A atividade missionária leva aos pobres a luz e o estímulo para o desenvolvimento, enquanto a nova evangelização, entre outras coisas, tem que criar nos ricos a consciência de que chegou o momento de fazer-se realmente irmãos dos pobres através de uma conversão comum ao desenvolvimento integral, aberto ao Absoluto” (RM 59).

3. Os documentos salesianos

Os documentos da Congregação se inspiram nos documentos da Igreja, desenvolvendo seus temas e tirando conseqüências práticas dos princípios gerais.

3.1 As Constituições

O artigo 31 das Constituições SDB é o primeiro do capítulo sobre “o nosso serviço educativo pastoral”; por isso, indica os princípios fundamentais para regular e avaliar os serviços prestados pelos salesianos. Pode-se dizer que este artigo resume todos os seguintes: de forma que é útil transcrevê-lo por inteiro:

“A nossa missão participa da missão da Igreja que realiza o desígnio salvífico de Deus, a vinda do seu Reino, levando aos homens a mensagem do Evangelho intimamente unido ao desenvolvimento da ordem temporal.

3.4 Administração eficiente e transparente

Aproveito a ocasião para dizer uma palavra sobre um critério que, embora não seja específico do tema que tratamos, tem uma importância muito grande.

O adjetivo “fiduciária”, aplicado à nossa tipologia de administração, às vezes, nos tem induzido ao erro. “Homo sum nihil humani a me alienum puto”, já diziam os latinos.

O departamento de que estamos falando, formado por salesianos e leigos, tem que distinguir-se por uma prestação de contas eficiente e transparente. A eficiência se refere ao melhor uso dos recursos disponíveis. Refere-se, por exemplo, a um valor já registrado, mas que ainda não pode ser gasto. Como administrá-lo? Pode ser feito de modo eficiente e podem ser desperdiçadas possibilidades reais. As entradas ligadas à gestão dos projetos também representam disponibilidades financeiras que tem que ser otimizadas.

A transparência se refere, sobretudo, ainda que não exclusivamente, ao rigor com relação à destinação dos meios financeiros de que dispomos ou possamos dispor.

Nestes dias, estou dialogando com a magistratura da Comunidade Européia para tentar evitar danos irreparáveis, causados precisamente pela falta de rigor. É uma questão de bom senso, de ética, de disciplina religiosa, de sabedoria humana... O acesso direto a Deus..., pelo menos poderíamos presumir algumas vezes..., não nos dispensa das regras. De fato, parece que nos condicionam mais os possíveis procedimentos penais ou civis que as Constituições da Sociedade Salesiana.

4. O serviço do economato inspetorial

Dou uns traços de como vejo pessoalmente a organização da coordenação do centro inspetorial.

4.1 O papel institucional do ecônomo inspetorial

Sem delongas vou direto ao miolo. Na nossa tradição salesiana o papel do ecônomo inspetorial, em primeiro lugar é um papel institucional. Ele é membro de direito do conselho inspetorial e, da mesma forma que para ou outros conselheiros, a sua nomeação depende de uma consulta aos irmãos, além de ser competência do Reitor Mor e seu Conselho.

O seu papel em primeiro lugar é de governo e de animação no âmbito do organismo competente. E este papel orientador se refere naturalmente e de modo específico ao campo da economia e da administração. Deste ponto de vista o ecônomo confere aos vários aspectos da gestão, das finanças e da economia, o seu caráter institucional. Daí a necessidade de uma coordenação, uma centralização, uma fusão de sinergias no âmbito do economato inspetorial, que responde diretamente a quem governa a inspetoria.

4.2 A estrutura do economato inspetorial

Depois de dizer estas coisas sobre o ecônomo, como responsável pessoal diante da Congregação, pelo papel que lhe foi confiado, apresento esquematicamente a estrutura possível para o economato inspetorial. Percebo perfeitamente que as nossas inspetorias apresentam características e peculiaridades pelo que o modelo não pode ser simplesmente assumido e adaptado, mas tem que ser interpretado de acordo com as dimensões da circunscrição, a disponibilidade de pessoal e de meios, a história e a experiência precedentes. Aquilo que é importante é colher a inspiração que este modelo pretende transmitir.

experiência vivida, e ainda é uma exigência sentida muito fortemente, especialmente onde a gestão econômica e financeira de uma inspetoria se revelam fracas e precárias.

O respeito aos papéis e competências é uma premissa importante para chegar a uma visão sinérgica e coordenada de tantas componentes diferentes, no tecido muitas vezes complexo da inspetoria. Na instituição, entendida corretamente, pode-se fundir em harmonia a iniciativa e a responsabilidade pessoais e a consciência de que tal iniciativa e responsabilidade se inserem num projeto inspetorial, ao qual todos concorrem para que se concretize.

3.2 O Projeto Orgânico Inspetorial

Este critério é consequência de quanto foi dito antes. Mas vale a pena dizer alguma palavra. Nestes últimos anos com frequência falamos e insistimos sobre a necessidade de adquirir uma mentalidade projetual em todos os aspectos da missão salesiana. O CG 24 tinha dado esta orientação com relação ao papel de co-responsabilidade e de partilha dos leigos na missão salesiana. O CG 25 fez disso uma orientação para as inspetorias, pedindo aos capítulos inspetoriais que estudassem e fizessem um projeto orgânico.

O adjetivo orgânico diz expressamente que cada aspecto, tanto a nível de objetivos quanto de instrumentos, tem que ser regulado pelo mesmo projeto. Isto quer dizer que a gestão, a administração e as finanças de uma inspetoria entram diretamente na visão projetual de conjunto. E não poderia ser de outra forma.

A seleção e a gestão dos projetos financiados, a busca de meios financeiros e o seu uso não devem condicionar o POI, mas, pelo contrário, tirar dele as indicações programáticas, as orientações concretas para que contribuam para uma realização eficaz e fiel.

3.3 A economia de escala

Numa visão institucional e projetual correta se insere o critério, sobretudo técnico, da economia de escala, ou seja, da otimização dos recursos humanos e financeiros. Onde não existe coordenação é fácil que se verifiquem desperdícios e dispersão de recursos. Constatado isso com frequência nas visitas e nos contatos com as inspetorias. As comunidades que não estão dispostas à solidariedade, com frequência dispõem de notáveis recursos tanto humanos quanto financeiros. Às vezes se gasta mal e sem verdadeira necessidade, para não pôr os recursos financeiros a disposição da inspetoria. Duplicam-se, sem necessidade, despesas para consultorias, se faz uma política festiva do pessoal, talvez empregado com critérios clientelísticos (na linguagem eclesial fala-se de “nepotismo”, embora em sentido amplo), gastam-se grandes somas, que numa economia mais racional poderiam ser economizadas. Ainda é desagradável constatar que, em alguns casos, a congregação tem que por a disposição recursos enormes (canalizados através de benfeitores) para ir ao encontro de situações de fracasso financeiro, provocadas por uma impostação econômica e de gestão que se inspira mais no critério “da selva”.

Muitas organizações leigas (empresas, administrações civis, etc.) nos podem oferecer estímulo e inspiração para realizar uma mudança de mentalidade e de práxis neste sentido. Não deveria ser necessário para instituições como a nossa que tem a “comunhão” como um dos seus critérios inspiradores. Aqui está em parte o paradoxo.

Educamos e evangelizamos de acordo com um projeto de promoção integral do homem, orientado a Cristo, homem perfeito. Fiéis à intenção do nosso Fundador, visamos formar honestos cidadãos e bons cristãos”.

O artigo 33 explicita as consequências deste compromisso carismático. A atividade educativa tem necessariamente implicações sociais, sobretudo porque, fiéis ao nosso carisma, “trabalhamos em ambientes populares e para jovens pobres, (...) e colaboramos para a promoção do grupo e do ambiente e na educação dos jovens “às responsabilidades morais, profissionais e sociais”. Este artigo afirma ainda: “Permanecendo independentes de toda ideologia e política partidária, rejeitamos tudo aquilo que favorece a miséria, a injustiça, a violência, e cooperamos com todos aqueles que constroem uma sociedade mais digna do homem”; e encerra lembrando a finalidade última das nossas atividades educativas e de desenvolvimento: “A promoção a que nos dedicamos com espírito evangélico, realiza o amor libertador de Cristo e constitui um sinal da presença do Reino de Deus”.

3.2 O Pe. Luís Ricceri

Aquilo que é dito nas constituições pode ser considerado a síntese das reflexões do Capítulo Geral Especial (=CGE) e dos anos imediatamente precedentes e seguintes. De fato, já em 1970 o Reitor Mor, Pe. Luís Ricceri tratou do tema do subdesenvolvimento (Cfr. ACS 261). Escrevendo a partir das reflexões provenientes da Assembléia dos bispos latino-americanos em Medellín, declarou enfaticamente: “A luta contra o subdesenvolvimento pertence à mesma natureza da Congregação salesiana. Por isso, ela se sente empenhada a fundo nesta luta. Mas tem que fazê-lo de acordo com seu carisma, isto é, na linha, com o estilo, com o espírito de Dom Bosco, por tanto, com coragem, com inteligência, com realismo, e sempre com caridade” (ACS 261, pp 22-23). E prosseguia, analisando as várias consequências que derivam deste dever para todos os salesianos, evidenciando que a “educação libertadora”, que forma “libertadores”, é a resposta mais adequada aos problemas ligados ao subdesenvolvimento (cf. ACS 261, p 38).

3.3 O Capítulo Geral Especial (CGE)

O CGE desenvolveu e alargou ainda mais as idéias apresentadas pelo Pe. Ricceri na sua carta sobre o subdesenvolvimento, dotando-as da ulterior autoridade capitular. Afirmou: “Um dos problemas mais sentidos pelo nosso mundo tanto por seus aspectos quantitativos e qualitativos, quanto pelas gravíssimas tensões sociais que dele emergem, é o do *subdesenvolvimento* e da desigualdade entre as pessoas” (CGE 32). E continuava observando que esta situação é “fruto de estruturas econômicas, sociais e políticas de dominação” e que “a opressão e a exploração dos pobres são o resultado de decisões tomadas por grupos que detêm a riqueza e o poder”(CGE 32). O Capítulo observou que para pôr remédio a esta situação a Igreja e, portanto a Congregação, precisa de “*uma atitude evangélica mais decidida em favor dos pobres*: a rejeição de tudo aquilo que seria um compromisso com qualquer forma de injustiça social; o dever positivo de abrir a consciência diante do drama da miséria e das exigências de justiça social do Evangelho e da Igreja; um amor concreto e privilegiado pelos mesmos pobres, com a ajuda direta e sobretudo com uma educação em favor do sentido da própria dignidade; finalmente o testemunho do próprio desapego dos bens terrenos.

Tudo isso tem que fazer vibrar intensamente uma Congregação que se dirige com prioridade aos jovens mais pobres (e aos adultos das classes populares) com vistas a uma ajuda espiritual e corporal, e cujos membros, consagrados a Deus com a pobreza evangélica, são convidados a sentir o grito dos pobres como um apelo urgente à ação” (CGE 32).

O CGE observou que para educar os jovens pobres é essencial trabalhar o ambiente de onde provêm: “*Em muitos casos a educação dos jovens está tão ligada às condições concretas do ambiente familiar, social e também político, que não se pode fazer nada de útil por eles sem trabalhar também para o progresso coletivo deste ambiente e, portanto, também pelos adultos*” (CGE 53). Tem que ser envolvido o maior número possível de pessoas neste esforço para alcançar os jovens. Com frequência é preciso trabalhar com adultos e com organizações que têm interesse no bem da juventude. Assim, o CGE respondeu de forma enfática: “Sim” à pergunta sobre se era preciso trabalhar junto com os adultos para o serviço aos jovens (cfr. CGE 55). É evidente que isto tem conseqüências importantes no nosso modo de falar do desenvolvimento integral dos jovens, e influencia direta e indiretamente a ação missionária da Congregação, sendo esse um dos aspectos essenciais desde o tempo de Dom Bosco (Cfr CGE 56, Const. 30).

O CGE retoma o *Proêmio* de *Gravissimum Educationis*, e afirma: “A Igreja tem a obrigação de ocupar-se pela vida humana como um todo, também pela vida terrena enquanto que está intimamente unida à vocação celeste” (CGE 60) para observar que devemos empenhar-nos na salvação integral dos jovens e dos pobres. Para expressar esta idéia usa duas expressões complementares: “*Promoção integral cristã*”, que se refere tanto à ordem temporal quanto à ordem espiritual, e “*educação libertadora cristã*”, que é o meio imprescindível para levar adiante o desenvolvimento total (CGE 61).

Este compromisso está intimamente unido ao nosso dever de promover a justiça no mundo, e também está ligado aos nossos métodos de desenvolvimento. Por isso ainda convém citar por extenso o que o Capítulo nos diz a este respeito:

“O subdesenvolvimento, o analfabetismo, a miséria e a fome no mundo, hoje são de tal magnitude e gravidade que não basta uma ajuda imediata, mas é preciso agir nas causas profundas dessas situações. De fato, trata-se de estruturas que muitas vezes dificultam gravemente, ou até impedem a pregação ou a vivência da essência do Evangelho: não permitem aos pobres e oprimidos descobrir em si mesmos a imagem de Deus, nem acreditar que o Reino tenha chegado a este mundo, nem de estar caminhando para a salvação integral. Portanto, são estruturas de pecado”.

Por outro lado, a promoção humana dos pobres, para que seja tal, exige que sejam eles mesmos que tomem consciência da situação, e que as mudanças sejam feitas por eles mesmos, unidos coletivamente. Aqui se espera um papel de primeira importância para as comunidades cristãs. (...)

A nossa resposta hoje, na linha do compromisso com a justiça no mundo se coloca num contexto cultural novo; não é pedida por motivações contingentes de facções políticas e de ideologias do momento, mas das exigências que a formação integral do perfeito cristão e honesto cidadão põe ao educador cristão: são a Igreja e o mundo que nos pedem que formemos homens capazes de levar a justiça ao nosso mundo, tão cheio de grandes problemas” (CGE 67).

O CGE acrescenta que na luta contra o subdesenvolvimento a Congregação tem que agir

inspetorial, mas de consentir ao inspetor e ao conselho inspetorial que exerçam a função de animação e de governo de modo eficaz e coordenado em todos os âmbitos da vida da inspetoria.

§ Outra realização interessante que acontece em algumas inspetorias é a **organização da beneficência a nível inspetorial**. Esta função é cumprida pelo departamento de propaganda, que coordena e mantém o relacionamento com todos os tipos de benfeitores. Isto foi possível graças à colaboração de cada um dos irmãos, com frequência missionários, que durante tantos anos, com o seu empreendedorismo conseguiram construir verdadeiras correntes de benfeitores em diversas partes do mundo. É bom lembrar que isto tem acontecido só nos casos em que o missionário transferiu a sua “propaganda pessoal” (leia-se o seu próprio endereço), ao centro inspetorial. Desta forma, a preciosa herança não só não ficou dispersa, mas foi possível relacionar-se com os vários benfeitores, através de outros irmãos. Acho que um exemplo significativo desta prática foi realizado com a extraordinária rede construída durante tantos anos por Dom Maschio, na Índia. Uma herança preciosíssima que ainda é uma realidade muito significativa, depois de vários anos da morte do irmão que foi seu iniciador e o agente inteligente durante tantos anos. O atual bispo diocesano de Tura hoje se serve de notável ajuda econômica oferecida pela rede de benfeitores construída com sabedoria pelo seu predecessor salesiano, Mons. Marengo.

§ Também **a nível da Direção Geral**, tem se trabalhado muito para orientar cada um dos missionários nesta direção. Do ponto de vista contábil, fizemos todos os esforços necessários para colocar tudo isso na única contabilidade da inspetoria, embora mantendo a referência aos missionários em particular, todas as ofertas na medida que vão chegando. Nem sempre foi fácil e, às vezes, houve insatisfações, mas, gradualmente se conseguiu a visibilidade dos fundos disponíveis, uma maior transparência, e se colocaram as premissas para um uso mais institucional dos recursos.

Nos casos em que a passagem da pessoa à instituição não aconteceu, se perderam os contatos com os benfeitores e, portanto, a possibilidade de ajudar financeiramente as iniciativas em andamento.

3. Alguns critérios norteadores

A referência ao projeto da Congregação e o aceno a algumas experiências nos permitem agora pôr em evidência alguns critérios-guias que podem orientar a organização ou reorganização dos departamentos de desenvolvimento e os outros serviços inspetoriais, com maior unidade de intenções e com a conseqüente possibilidade de um confronto mais eficaz e cheio de experiências a respeito.

3.1 O sentido institucional

Com base na minha experiência como ecônomo geral, considero este o critério fundamental. Já acenei anteriormente a alguns aspectos. O sentido da instituição, sentido e valorizado corretamente, permite que os agentes situem a própria ação no lugar certo tanto na hora de projetar, na coordenação burocrática, de propaganda ou coleta de fundos.

Sinto que posso afirmar, com um grande respeito pelo trabalho empreendedor e a fantasia dos agentes, que o sentido da instituição é um critério no qual **todos precisamos crescer, talvez realizando uma verdadeira conversão**. Não se trata de teoria, mas de

do ponto de vista logístico, era tal que o Departamento de projetos era uma entidade independente, gerenciado de forma muito eficiente por um irmão, que agia com autonomia com relação à administração inspetorial. Em inspetorias com meios financeiros limitados, isto significa que, na prática, o Departamento de Projetos, que administra consideráveis meios econômicos, pode chegar a ser até um elemento antagônico ao economato inspetorial.

A “divisão” que existe nessa inspetoria espelha uma situação que se verifica também em outras inspetorias na relação entre economato inspetorial, departamento de projetos, departamento de desenvolvimento, procuradoria missionária, etc... A falta de uma coordenação e de uma visão de conjunto, naturalmente, dá origem a um grande mal estar e a disfunções. Indico algumas:

1. Uma visão e administração excessivamente ‘personalizada’ dos projetos, das ofertas e de todas as iniciativas ligadas a eles, com prejuízo de uma interpretação mais corretamente institucional. O benfeitor oferece à instituição, aos salesianos, às missões, ao trabalho para rapazes em situação de risco, se compromete com bolsas de estudo, com adoções a distância. Se aquele que é responsável administra tudo isso de forma excessivamente autônoma e personalizada, por falta de uma coordenação inspetorial, podem criar-se tensões, demoras, favoritismos e, sobretudo, uma referência à pessoa em detrimento da instituição. A excessiva liberdade de movimento, a falta de controle e de avaliação, às vezes até com o aval do superior, nestes últimos anos tem causado graves problemas não só à pessoa de alguns salesianos, mas sobretudo à instituição salesiana.

2. Outro elemento crítico é que, sem uma coordenação centralizada, com normas e procedimentos codificados, numa mesma inspetoria convivem **vários “centros de poder” financeiro** e, por tanto, referenciais cruzados para os irmãos. Uma análise atenta dos fatos acontecidos na Polônia e no Paraguai nos permite detectar numerosas anomalias e incongruências que, talvez de forma menos gritante, também estão presentes em outras inspetorias.

3. Indico ainda outro elemento de preocupação. Sem uma visão de conjunto partilhada e uma coordenação eficaz dos meios financeiros e dos projetos, o corpo da inspetoria apresenta-se dividido e transtornado passando-se de uma escolha à outra...; quase que perseguindo obsessivamente as oportunidades que se apresentam, por causa de iniciativas que são boas, mas sem coordenação dos responsáveis dos vários departamentos. Desta forma, corre-se o risco de não realizar um “projeto” mas de **correr atrás de “projetos”**.

Além desses aspectos preocupantes, ainda tenho o prazer de partilhar com vocês, algumas *experiências interessantes e positivas*:

§ Em algumas inspetorias, com uma inteligente política de dar passos gradualmente, se chegou a uma **organização unitária de todas as funções projetuais, financeiras e administrativas que competem ao nível inspetorial**. E este procedimento foi oportunamente codificado na parte econômica do Diretório Inspetorial. Os vários departamentos representam aspectos e atividades diferenciadas que se referem a um único centro direcional, representado pelo ecônomo inspetorial. Desta forma se tem a grande vantagem de que a coordenação do ecônomo inspetorial garante a referência direta ao inspetor e ao seu conselho. Portanto, não se trata de enfatizar o poder do ecônomo

coerentemente com o próprio carisma: “A luta contra o subdesenvolvimento pertence à mesma essência da Congregação salesiana. Por isso, ela se sente comprometida a fundo nesta luta. Mas deve fazê-lo de acordo com seu carisma, isto é, na linha, no estilo, no espírito de Dom Bosco e, portanto, com coragem, com inteligência, com realismo e sempre com caridade” (CGE 72). Apesar de ter já 33 anos, as observações do Capítulo sobre as condições do subdesenvolvimento e da pobreza no mundo não são hoje menos atuais que então. Sob muitos aspectos a situação dos pobres só tem piorado; o fenômeno da pobreza e do subdesenvolvimento cresceu proporcionalmente ao incremento demográfico nos países em vias de desenvolvimento e aos efeitos negativos da globalização econômica. Nem seria necessário dizer, por isso, que o compromisso dos salesianos com o desenvolvimento integral dos pobres, especialmente dos jovens, é necessário hoje como 33 anos atrás e como no tempo de Dom Bosco.

Demoramos longamente nos ensinamentos do CGE a propósito do nosso tema porque os documentos sucessivos (tanto dos CG quanto dos Reitores Mores) a eles se referem continuamente e com eles estão relacionados. Apesar disso, ainda convém lembrar brevemente o que eles disseram.

3.4 O Capítulo Geral XXI (CG 21)

O CG 21 se refere aos documentos da Igreja e de modo especial à EN ao afirmar: “Uma autêntica evangelização se realiza dentro de um projeto que visa a promoção total do homem, ao desenvolvimento integral de cada um e dos grupos” (CG 21, 81). Além disso, observa que as duas idéias de “promoção integral cristã” e “educação libertadora cristã”, de que se fala acima, corroboram o desejo de Dom Bosco de formar “bons cristãos e honestos cidadãos”. De fato, não pode existir separação entre evangelização e promoção humana, porque no pensamento e na atuação da Congregação, a partir do mesmo Dom Bosco, ambas formam um único movimento de caridade” (CG 21, 140,b). A respeito do estilo salesiano de ação missionária, o CG 21 sublinha, entre outras coisas, “a ligação profunda entre o compromisso de evangelização e de promoção humana (e) a atenção preferencial aos jovens pobres e às classes populares” (CG 21, 146, 4.2.3).

3.5 O capítulo Geral XXIII (CG 23)

O CG 23 tratou amplamente dos temas da pobreza e do desenvolvimento: observando que a “tragédia dos pobres” constitui um “desafio permanente”, o Capítulo tomou consciência de que “parece que a pobreza material está se alastrando sem medida em muitos países” e que parece que já existem explosões de “novas e trágicas formas de pobreza: desvios de comportamento, marginalização, exploração de pessoas e droga” (CG 23, 203). Ainda mostra que o problema ultrapassa a pobreza meramente material e por isso é preciso “preparar uma geração capaz de construir uma ordem social mais humana para todos” (CG 23, 204); “a dimensão social da caridade se apresenta, então, como a manifestação de uma fé convincente” (ibid.).

Por isso, o desafio aos educadores passa a ser “educar ao valor da solidariedade contra a práxis da concorrência exasperada e do proveito individual” (CG 23, 205). É importante que as pessoas não se rendam à mentalidade do “cuidar só de si” descuidando o tomar conta do resto da humanidade, especialmente dos pobres e dos que estão em piores condições.

O DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO ECONÔMICA DA INSPETORIA

(P. Giovanni Mazalli)

Este desafio, sublinha o Capítulo, toca de modo especial aos educadores daqueles que vivem “em situação de pobreza e subdesenvolvimento. Aqui a esperança é desiludida cada dia mais pela consciência de que existem mecanismos perversos de exploração. A corrupção a todos os níveis, gera novas e trágicas situações de pobreza” (CG 23, 206). A resposta a esta situação que se deteriora cada vez mais não se encontra na “violência, utopismo, ou em formas de religiosidade intimista, que as seitas oferecem com abundância e a bom preço” (ibid.). Ao mesmo tempo, também é necessário proteger os jovens do risco de ceder “às tentações do consumismo e à exploração dos seus irmãos” (ibid.).

O CG 23 observa que, seguindo o exemplo de Dom Bosco, a comunidade salesiana está consciente de que “a luta contra a pobreza, a injustiça e subdesenvolvimento faz parte da sua missão” (CG 23, 208). Realizar esta missão traz consigo, antes de tudo, o testemunho da justiça e da paz como meios de comunicação da fé. De modo especial, onde trabalham em contexto de pobreza, os salesianos ainda dedicam todo esforço para “motivar, através da educação, os jovens e as pessoas do povo, para que sejam protagonistas da própria libertação” (ibid.). Trabalham para que “os jovens e o povo se tornem responsáveis pelo próprio desenvolvimento, superando a resignação com a consciência viva da própria dignidade e tomando consciência não só da própria miséria, mas também da miséria daqueles que estão ao seu redor.

Por outro lado, para as comunidades que estão em contexto de bem-estar será preciso *introduzir fisicamente os jovens no mundo dos homens e mulheres que pedem solidariedade e ajuda*” (CG 23, 211), e isso tem que ser feito com atitudes genuínas de partilha na luta em favor dos pobres, não só por mera curiosidade, ou conhecimento, ou experiência (cfr. Ibid.). Quando isto acontece, se realiza a educação à solidariedade em sentido cristão (cf. CG 23, 213).

3.6 O Pe. Juan E. Vecchi

Em março de 1997, o então Reitor Mor, Pe. Juan Vecchi, escreveu uma carta intitulada “*Teve compaixão deles (Mt 6,34). Novas pobreza, missão salesiana e significatividade*” (ACG 359). Nela tomou em consideração alguns dos argumentos tocados acima, e uma vez mais colocou em evidência a necessidade de tratar dos problemas da pobreza e da marginalização de uma maneira mais orgânica.

Depois de passar revista os desafios das pobreza que existem no mundo de hoje, D. Vecchi afirma: “o coração da nova evangelização é o Evangelho da caridade que assume os problemas e as situações humanas que têm necessidade da força transformadora do amor. É uma caridade que se expressa no imediato, mas, sobretudo se compromete com um projeto social e cultural de vasto e longo alcance, onde a pessoa sempre é considerada de acordo com a sua vocação e dignidade, à luz daquilo que nos foi revelado em Cristo” (ACG 359, p.11)”.

Para a educação, afirma o Pe. Vecchi, é necessário tomar consciência do mundo em que vivemos. Um pensamento que nos perturba e que nos chama a uma séria reflexão é o fato de que “já faz alguns anos que se repete que nos encontramos diante de um fenômeno de empobrecimento mais que de simples pobreza. Não se trata de uma etapa transitória, um incidente de percurso, conseqüência do passado; mas do resultado das estruturas econômicas, sociais e políticas atuais, embora tenhamos que reconhecer que outras causas também influem na expansão da pobreza” (ACG 359, p. 21).

1. No Projeto do sexênio 2002-2008

Tenho o prazer de participar da interessante reflexão que é objeto deste seminário, sublinhando, em primeiro lugar, um ponto de referência institucional importante e amplamente programático. Estou me referindo a uma das quatro áreas do projeto do Reitor Mor e seu Conselho para o sexênio 2002-2008, no setor da economia. Trata-se da solidariedade-centralização. Naturalmente não pretendo fazer uma pesquisa aprofundada sobre este aspecto a respeito do qual já me dediquei mais amplamente em outras circunstâncias.

Aquilo que pretendo sublinhar é a **visão de conjunto e o quadro de referência** que norteia os elementos que pretendo propor. Neste sentido, na Congregação estamos propondo e realizando uma importante mudança de mentalidade e de práxis. No campo estritamente econômico e de gerenciamento, trata-se efetivamente de uma forma diferente de enfocar a economia e o a administração a nível inspetorial. Acho que posso dizer que estamos passando de uma visão em que se sublinhava sobretudo a autonomia e, por tanto, o fracionamento econômico das comunidades entre si e no seu relacionamento com a inspetoria, para um **conceito mais solidário, mais centralizado**. As constituições, por um lado reconhecem às comunidades uma relativa autonomia financeira e administrativa, mas também apresentam algumas indicações normativas para chegar a uma visão mais coordenada e orientada pelo centro inspetorial.

A situação das inspetorias a este respeito, naturalmente é muito variada: em algumas, uma centralização inteligente e racional, além de não sacrificar a autonomia das comunidades, produziu efeitos benéficos, fornecendo ao centro inspetorial os meios financeiros necessários para ir ao encontro das necessidades especialmente das comunidades mais necessitadas. Em outras, a discrepância entre as comunidades “abastadas” e as comunidades “pobres” é um fato contraditório e preocupante, que gera desconforto entre os irmãos e ineficiência no gerenciamento. Com certeza existem reservas e resistências e, em alguns casos, até clara oposição. Porém, é confortante ver que, na maior parte dos casos, se colocou as bases para construir uma nova mentalidade de partilha e solidariedade, seguindo as orientações normativas da congregação.

Este é o quadro de referência em que adquirem maior significado e relevo as sucessivas reflexões que pretendo partilhar com todos vocês.

2. Lendo sinteticamente a experiência

Lembro que, por ocasião de uma visita a uma inspetoria, ao buscar algumas informações prévias no Departamento de Projetos, o ecônomo inspetorial me falava da sua própria incapacidade com relação a esse departamento. A organização daquela inspetoria, também

um plano estratégico de desenvolvimento da vida e da missão da inspetoria no seu conjunto, plano este que foi chamado “Projeto Orgânico Inspetorial” (POI).

O POI tem que definir as linhas estratégicas e as opções fundamentais de governo para poder orientar:

- O *crescimento realista* da inspetoria, de acordo com os recursos humanos disponíveis SDB, colaboradores leigos...) e previstos, e as necessidades dos jovens e do território;

- O *desenvolvimento vocacional* dos SDB e das comunidades SDB, para que possam realizar sua função de animadores carismáticos das comunidades educativo-pastorais.

- A *significatividade e organicidade das obras e dos serviços* educativo-pastorais da inspetoria.

Esses três aspectos formam um todo inseparável e portanto tem que ser pensados no seu conjunto, com capacidade de inter-relacionar-se e enriquecer-se mutuamente.

O departamento de planejamento e de desenvolvimento pode **aconselhar e ajudar** a inspetoria neste processo de elaboração e de avaliação do POI, com a *metodologia do planejamento estratégico-participativo*; e, ao mesmo tempo, deverá elaborar todos os seus planos, programas e projetos em sintonia com este plano geral de desenvolvimento da inspetoria.

Já existem alguns exemplos desta colaboração, que podem inspirar e orientar outras experiências futuras.

4.3 Algumas condições para poder garantir um relacionamento positivo e fecundo entre o Departamento de planejamento e de desenvolvimento e a Delegação Inspetorial de Pastoral Juvenil.

Sugiro algumas como estímulo para a vossa reflexão e aprofundamento.

Conhecimento e formação:

- O Delegado, e se for possível, os membros da equipe inspetorial de pastoral (de modo particular aqueles que estão mais envolvidos no campo do desenvolvimento humano: escolas e formação profissional, marginalização e obras sociais, Oratórios e centros juvenis...), devem conhecer suficientemente e partilhar as linhas do planejamento estratégico.

- Os membros do Departamento de Planejamento e de Desenvolvimento, por sua parte, devem ter um conhecimento adequado das linhas da pastoral juvenil salesiana e do PEPS inspetorial e do seu desenvolvimento.

Informação e diálogo:

- Deve haver uma vasta, freqüente e adequada informação e diálogo entre a equipe inspetorial de pastoral (suas orientações e propostas) e o Departamento de planejamento e desenvolvimento (seus projetos e realizações).

- No planejamento e realização dos projetos de desenvolvimento humano (educativo e sócio-econômico) o Delegado e sua equipe (os responsáveis pelos diversos setores da Pastoral Juvenil inspetorial, de modo particular o encarregado das escolas ou da formação profissional, da marginalidade e das obras sociais, dos oratórios e centros juvenis) sempre deverá contar com o Departamento de Planejamento e de desenvolvimento e vice-versa, de modo que não precise criar duplicatas ou, pior ainda, linhas de ação paralelas ou divergentes na inspetoria.

Roma, março 2005.

É importante lembrar que as diversas formas de pobreza “nascem e se difundem num mundo intercomunicante e interdependente” (ACG 359, p. 31), neste mundo em que até a pobreza é globalizada,

“o esforço contra a marginalização é tanto mais eficaz, quanto mais se penetra e transforma o conjunto de percepções e sentimentos que configuram o pensamento e o comportamento de uma sociedade ou de grupos ativos dentro dela. Portanto, não basta um empenho de ajuda e assistência em favor dos indivíduos, embora isto seja importante. É preciso um trabalho de *animação social* que suscite mudanças de critérios e de visão através de gestos e ações. Esses gestos e ações criam novas formas de relacionamento e modelos de comportamento que encarnam valores diferentes daqueles que regem grande parte dos nossos costumes, como o individualismo possessivo, a satisfação dos interesses pessoais, a condenação de quem sofre dependências, o abandono dos mais fracos.

Trata-se de promover uma cultura do outro, (...) da justiça, entendida como atenção ao direito de todos à dignidade da vida e, mais diretamente, de envolver pessoas e instituições numa obra de ampla prevenção, de acolhida e de suporte a quem tem necessidade.

Os nossos ambientes educativos podem ser *centros de elaboração e pontos de irradiação* desta cultura em favor da família, dos grupos, do bairro, dos círculos e das instituições relacionadas e, através da comunicação social, da sociedade em geral” (ACG 359, p.32).

O Pe. Vecchi se refere ao grande potencial da Congregação salesiana para contribuir na criação de uma nova mentalidade no campo do desenvolvimento, quando afirma:

“Este é um campo em que nós, salesianos, enquanto organização internacional com múltiplos recursos e com um rico patrimônio espiritual, temos grandes possibilidades e ao mesmo tempo uma grande responsabilidade. Temos que fazer um esforço de pedagogia coletiva para oferecer caminhos e projetos concretos, para envolver muita gente disposta a assumir, como humilde vanguarda evangélica, um estilo de vida solidário e generoso” (ACG 359, p.32)

No pensamento do Pe. Vecchi é evidente que é indispensável envolver um vasto movimento de pessoas para enfrentar o problema da pobreza. Os salesianos não podem mais pensar em trabalhar como pessoas individuais ou como comunidades, mas tem que tornar-se promotores de movimentos mais amplos de solidariedade e de ajuda mútua que possam favorecer uma genuína transformação da realidade.

4. Conclusões e conseqüências

Desta rápida resenha dos ensinamentos da Igreja e da Congregação, podemos tirar algumas conclusões que têm muita importância para orientar o trabalho dos nossos Departamentos de Planejamento e Desenvolvimento.

1. A evangelização e a promoção humana estão intimamente unidas e são inseparáveis: juntas formam aquilo que podemos chamar desenvolvimento integral das pessoas para e com as quais trabalhamos. De fato, o desenvolvimento econômico e social pode ser considerado como o substrato e o aspecto concreto da evangelização, que não será completa enquanto não der uma adequada atenção à libertação do homem do jugo de toda forma de escravidão e opressão. O Evangelho é guia e luz para este complexo esforço.

2. Para os Salesianos trabalhar em favor do desenvolvimento, com certeza não é um mero trabalho social: tem que haver uma alma que carregue a ativa e corajosa proclamação do

Evangelho. Não se pode negar que existe o constante risco de transformar as nossas atividades em ativismo ou simples ações sociais com prejuízo dos conteúdos religiosos e espirituais; numa intervenção de 1998, o Pe. Odorico Luciano comentou: “*Na práxis missionária, às vezes, nota-se um desequilíbrio nos serviços de intervenção pastoral: de um lado, um exagerado assistencialismo, uma administração excessivamente complexa, e do outro, pouca atenção à evangelização explícita e à urgência da ação itinerante nos povoados*” (ACG 362, p 41).

3. O carisma salesiano tem que ser compreendido no contexto da complexa atividade de evangelização que abrange a realidade humana toda inteira. Os jovens são os nossos principais destinatários; eles são o objeto da nossa predileção. Mas, na realidade, os jovens não vivem fora da sociedade em que nasceram e cresceram. Se quisermos levar adiante o desenvolvimento da juventude, precisamos interessar-nos da mesma forma pelo desenvolvimento integral das suas famílias e contextos sociais. Por isso, cuidamos dos adultos tanto por causa dos jovens, quanto através deles, de modo que nos tornamos transformadores da sociedade inteira. Sem esta abordagem educativa holística, todos os anos de cuidados e as atenções que dirigimos aos jovens nos nossos ambientes educativos dirigidos a eles, correm o risco de não ter o impacto desejado para o crescimento da sociedade.

4. Com certeza, a Congregação está comprometida com atividades de desenvolvimento, mas a partir da perspectiva particular do nosso carisma: a educação é o principal meio a nossa disposição; os meios de comunicação também favorecem muito o desenvolvimento. Em todo caso, o nosso sistema educativo se volta sobretudo aos jovens, empenhados na causa da justiça, da paz e da criação de uma sociedade fraternalmente igualitária; isso não só liberta as pessoas mas faz crescer “libertadores”, empenhados em lutar contra a injustiça e em favor de um ambiente mais humano e de uma ordem social mais eqüitativa.

5. Não pode existir dicotomia entre a organização para o desenvolvimento e a pastoral juvenil de uma inspetoria, nem podem ser trabalhos sobre trilhos paralelos, pois na visão salesiana todas as atividades missionárias e pastorais têm os jovens como centro unificador.

6. O assistencialismo não é expressão do empenho salesiano em favor do desenvolvimento integral daqueles em favor dos quais trabalhamos: buscamos planos, programas e projetos com efeitos globais e de longo alcance; a coordenação dos esforços a este respeito e o trabalho em rede com quem tem os mesmos objetivos, é uma coisa indispensável para tender a esses objetivos.

7. Comprometemos e animamos as pessoas para o seu próprio desenvolvimento: eles são os **protagonistas** principais, não nós. Os nossos centros precisam transformar-se em centros de animação e coordenação dos quais partam os mais variados programas. Ao realizar este projeto devemos suscitar um vasto movimento de pessoas que trabalhem conscientemente junto conosco em favor da transformação da sociedade, a erradicação das causas da pobreza, da injustiça e da desigualdade. O nosso papel é essencialmente de acompanhar novas mentalidades nos nossos jovens, nos pobres e na sociedade em geral, para que o processo de transformação encontre o próprio caminho de expressão. Desta forma, nos nossos planos de desenvolvimento também somos antes de mais nada educadores.

Pisana, Roma
30 de março de 2005

- Prestando atenção à possibilidade de realização e à diversidade de rendimento dos serviços e das iniciativas propostas.

Este estilo de trabalho é importante não só nos campos da ação educativa e promocional, mas também nos outros campos da pastoral juvenil (como a evangelização e a catequese, a promoção vocacional, o desenvolvimento de comunidades cristãs ou de grupos de jovens, etc.). De outra forma, corre-se o perigo de agir com profissionalismo e rigor nos aspectos educativos e da promoção humana, enquanto nas atividades e projetos religiosos de evangelização e de educação à fé se procede com um estilo pouco sistemático, excessivamente individualista, por intuição e respondendo às urgências imediatas. Desta forma se transmitiria uma imagem desses campos como se fossem pouco importantes e de mera complementaridade.

Por tanto, uma estreita relação e um trabalho sistemático em conjunto entre os departamentos de planejamento e de desenvolvimento e a delegação inspetorial de pastoral juvenil, sem dúvida, será muito positiva e fecunda para ambas partes.

4. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS OPERATIVAS

4.1 Um estreito relacionamento entre o Departamento de Planejamento e de desenvolvimento e o Delegado e a Equipe inspetorial de pastoral Juvenil.

- *Inserir os Planos e Projetos de desenvolvimento no quadro do Projeto Educativo-pastoral Salesiano (PEPS) inspetorial*, para garantir:

- Por um lado, que os planos de desenvolvimento sejam completos e em estreita relação com os processos de educação à FÉ que se levam adiante na Inspeção e nas obras;

- De outro lado, a atenção aos aspectos do desenvolvimento e da promoção humana, tanto individual quanto social, em toda a ação de evangelização e de educação à fé.

- *Qualificar o PEPS inspetorial e local com uma orientação e uma metodologia precisa e profissional (o planejamento estratégico participativo)* para que possa ser mais realista, eficaz e atuável, e para garantir a continuidade dos processos começados e o uso mais racional e eficaz dos recursos.

- *Colaborar na formação dos animadores e dirigentes da educação-pastoral: uma formação que compreenda motivações, experiências, reflexões, conhecimento e prática de metodologias adequadas.*

4.2 O Departamento de planejamento e desenvolvimento pode colaborar com a Inspeção (praticamente: com o Inspetor e seu conselho) na elaboração e revisão do POI; e ao mesmo tempo iluminar planejamentos e programas dentro do mesmo, observando as prioridades.

A Inspeção Salesiana:

- Orienta o desenvolvimento dos valores e as linhas fundamentais do carisma e da missão salesiana no próprio contexto social, cultural e eclesial;

- Programa e acompanha um crescimento realista e a continuidade da missão;

- Favorece a colaboração e o trabalho em rede entre as diversas comunidades SDB, os grupos da FS e os colaboradores leigos;

- Promove a colaboração com outras instituições sociais e eclesiais a serviço da missão salesiana (cfr. Const. 58).

Para promover e orientar estas funções, o CG 25 pediu a cada inspeção que elaborasse

3. OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E A PASTORAL JUVENIL SALESIANA

Os projetos de desenvolvimento são as intervenções concretas que se colocam num campo específico da pastoral salesiana, isto é, o âmbito educativo promocional, sobretudo no aspecto sócio-cultural, mas que não podem ser pensados, planejados e realizados sem uma estreita união com os outros âmbitos da mesma (a evangelização, a orientação vocacional, o associacionismo juvenil, etc.)

3.1 Os projetos de desenvolvimento humano e a pastoral juvenil salesiana são complementares e se enriquecem mutuamente.

- A atenção ao desenvolvimento humano enriquece a pastoral juvenil com:
- Uma sensibilidade especial diante de algumas situações que hoje têm grande incidência na ação educativo-pastoral, por exemplo: as condições sócio-políticas e econômicas com que se deparam as pessoas, a situação familiar, as possibilidades de educação, o modo de trabalhar e as possibilidades de acesso ao trabalho, etc.; muitas vezes não damos suficiente importância a esses elementos na programação e na ação educativo-pastoral;
- A vontade e a capacidade de promover uma transformação da mentalidade e das formas de comportamento até chegar a uma mudança das estruturas e das condições de vida;
- Uma visão global e não setorial do processo educativo-pastoral, bem como uma metodologia de trabalho comunitária e projetual;
- A pastoral juvenil salesiana garante que os projetos de desenvolvimento humano sejam seguros:
- A atenção à integralidade do desenvolvimento das pessoas de acordo com a proposta educativo-pastoral salesiana;
- Uma sensibilidade especial para o desenvolvimento da dimensão religiosa da pessoa, e pelo anúncio de Jesus Cristo, como elementos importantes para o próprio desenvolvimento humano;
- Uma visão vocacional da vida que deve nortear o protagonismo suscitado nas pessoas.

3.2 É facilitada uma nova visão e um modelo de trabalho pastoral

- Os departamentos de planejamento e de desenvolvimento não se limitam a oferecer uma ajuda técnica e uma assistência para a preparação e apresentação dos projetos de educação e promoção, mas, com seu trabalho de guia e de acompanhamento do planejamento, promovem uma nova visão e um modelo de trabalho educativo-pastoral:
- Precisamente começando pelo conhecimento profundo e global da realidade, para poder determinar com clareza os seus desafios fundamentais;
 - É concebido como um processo contínuo, gradual e de conjunto, superando a tendência ao setorialismo, à improvisação e ao idealismo;
 - Com uma metodologia precisa, que orienta para opções estratégicas, objetivos concretos e sujeitos a avaliação, através de passos gradativos, por meio de uma convergência de intervenções, etc.
 - Trabalhando sempre em equipe (em comunidade) e em rede (onde os diversos projetos se apoiam e se complementam mutuamente);

SINERGIA ENTRE A DELEGAÇÃO INSPETORIAL DE PASTORAL JUVENIL E O DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

(P. Antonio Domenech)

1. CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA PASTORAL JUVENIL (Modelo pastoral juvenil)

O livro “A Pastoral Juvenil Salesiana – Quadro Fundamental de Referência” oferece os elementos mais importantes para unificar as mentalidades e orientar a práxis pastoral salesiana. Eis alguns elementos relevantes que precisamos lembrar neste momento.

A “raiz” da pastoral salesiana

Viver uma pastoral enraizada numa profunda *vida espiritual* partilhada em comunidade: a pastoral não é unicamente atividade, mas sobretudo “viver, ser”: “ser sinais e portadores do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres” (Const. 2)

- **Unidade orgânica da Pastoral Juvenil Salesiana**, superando o setorialismo e o individualismo pastoral.

Na atividade pastoral intervêm uma grande variedade de pessoas e grupos, uma multiplicidade de pessoas e de processos, diversas instituições e estruturas, mas tudo isso deve orientar-se para a mesma e única finalidade: a promoção integral dos jovens e do seu ambiente. Por isso, todo este conjunto de meios e de intervenções tem que chegar a constituir *um único processo*, tem que movimentar um único dinamismo que dê a todos eles a mesma direção. Este processo se configura da seguinte forma:

- O ponto de partida é o **encontro do educador com os jovens**, a escuta atenta das suas exigências e aspirações, a oferta de um ambiente educativo cheio de vida e rico de propostas.

A partir desse encontro, o educador salesiano:

- Suscita nos jovens, tanto como indivíduos, quanto como grupo, o desejo e a vontade de **desenvolver as próprias capacidades e possibilidades humanas**, até chegar a abrir-se ao sentido da própria vida e à ânsia de Deus (dimensão educativa);

- Orienta-os ao **encontro com Jesus Cristo**, aceito como o homem perfeito, o único que pode levar à perfeição todas as aspirações do coração humano (dimensão de evangelização);

- Desenvolve neles o desejo de amizade e de relacionamento até amadurecer uma **experiência positiva e responsável de inserção e compromisso** na sociedade e na Igreja (dimensão associativa);

- Ajuda-os a assumir a vida como um dom e como um serviço e os orienta a descobrir a **própria vocação no mundo e na Igreja** (dimensão vocacional).

Esses elementos, que chamamos “dimensões”, são inseparáveis e devem agir em contínua referência e enriquecimento mútuos.

- **Um novo estilo operativo**

- **Em comunidade**, a partir da continuidade e construindo comunidade (comunidade educativa);

- Centralidade das pessoas e qualidade das relações humanas,
- Forte sentido de pertença baseado na participação, na co-responsabilidade, no trabalho em equipe,
- Desenvolvimento da própria identidade, partilhando valores, critérios e objetivos ao redor de um projeto comum.

- **A comunidade salesiana** como ponto de referência carismático de toda a comunidade educativa e como centro de comunhão.

- **Com o estilo da animação:** uma nova forma de presença e de ação entre os jovens.
- Atenção às pessoas mais que à organização e à gestão.
- Motivar: desenvolver a comunidade a partir dos valores, critérios e objetivos da proposta pastoral salesiana
- Promover a unidade do projeto pastoral: uma unidade orgânica que guie e oriente as diversas opções, os projetos e atividades
- Criar comunidade educativa: convocar, favorecer a informação e a comunicação
- Promover a colaboração, a complementaridade e a coordenação de todos.

- **Com mentalidade projetual**

Pensar e viver a atividade educativo-pastoral

- Como uma **unidade orgânica:** um conjunto de elementos coordenados entre si e orientados a uma finalidade comum.
- Como **um caminho**, que através de um conjunto gradual e inter-relacionado de elementos (pessoas, atividades, meios, estruturas), transforma a realidade de acordo com os objetivos previstos.

Um instrumento e a expressão desta mentalidade projetual é o **planejamento pastoral:** um **processo mental e comunitário** de convocação, esclarecimento e identificação que quer chegar a:

- Promover, na comunidade educativa, a consciência de uma missão comum e de uma mentalidade partilhada;
- Criar nela uma convergência operativa ao redor de critérios, objetivos e linhas de ação comuns, evitando a dispersão do trabalho;
- Ser o ponto de referência comum, pela qualidade educativo-pastoral, que tem que ser avaliada continuamente.

2. O DESENVOLVIMENTO HUMANO

2.1 O desenvolvimento humano segundo a Doutrina Social da Igreja

O desenvolvimento humano, como “processo de desenvolvimento das capacidades das pessoas, que multiplicam as suas opções e oportunidades” para chegar a um nível de vida mais digno, constitui uma das respostas mais importantes ao problema da pobreza e do subdesenvolvimento que atingem milhões de pessoas, especialmente jovens.

O perigo que se apresenta hoje é o de pensar no desenvolvimento humano em escala

restrita, limitando-o quase unicamente ao aspecto econômico, à saúde corporal e psicológica, à instrução e preparação para o trabalho, etc., esquecendo outros aspectos fundamentais para que uma vida humana seja plenamente digna deste nome (a educação moral e do sentido da vida, uma vida familiar serena e completa, a participação responsável e livre na vida social e política, a salvaguarda do ambiente natural e humano, a liberdade religiosa e de consciência, etc.).

Quando a Igreja fala de desenvolvimento humano, o faz do ponto de vista de uma *visão cristã da pessoa humana* (antropologia cristã) que:

- Está fundamentada na dignidade inviolável de toda a pessoa e promove a sua participação ativa e responsável no próprio desenvolvimento e no desenvolvimento do seu grupo humano;
- Promove seu desenvolvimento integral (no sentido humanista e moral do desenvolvimento, e não só econômico)
- Considera a pessoa na sua realidade tanto individual, quanto social e universal, procurando evitar as causas do subdesenvolvimento, da pobreza e das situações de marginalização;
- Coloca como elemento fundamental do desenvolvimento da pessoa o respeito e o crescimento da sua capacidade de abertura a Deus (dimensão religiosa);
- É realizada num clima de liberdade e solidariedade.

2.2 O desenvolvimento humano e a missão salesiana

Este conceito de desenvolvimento humano coincide praticamente com o conceito de “promoção humana”, que as nossas Constituições usam para definir o serviço educativo-pastoral salesiano: “Educamos e evangelizamos seguindo um projeto de *promoção integral* da pessoa humana, orientado a Cristo, o homem perfeito”(Const. 31).

Uma promoção integral com as seguintes características:

- *Unida de forma indissolúvel à evangelização:* para nós o anúncio do Evangelho, ao mesmo tempo tem que iluminar, infundir coragem e esperança, e inspirar soluções adequadas aos problemas da vida; mas ao mesmo tempo, a promoção humana que levamos adiante tem que abri-lo a Deus e anunciar-lhe Jesus Cristo (cfr. CGE 77).
- *Centrada na educação:* a nossa colaboração para o desenvolvimento humano consiste, sobretudo na educação, a qualificação e a formação das pessoas, para que possam ser protagonistas responsáveis pela própria vida (Cfr. CGE 68).
- Promove o desenvolvimento não só da pessoa individualmente, mas também do *grupo humano e do ambiente* em que se vive, até chegar à transformação das estruturas sociais, culturais e políticas que geram e mantêm o subdesenvolvimento e a injustiça (cfr. Const. 33)

Por isso, podemos concluir dizendo que o desenvolvimento humano, entendido desta forma, representa um conteúdo fundamental da nossa missão e que, por conseqüência, não pode ser considerado somente como um setor independente ou separado, mas deve caracterizar como finalidade todos os projetos e atividades educativo-pastorais salesianos.